



Índice

- 01** Julgamento dos Tenharim acusados de assassinato no AM deve começar esta terça
- 02** Julgar ação indenizatória contra a Jurong é com a Justiça Federal
- 03** O bolo da saúde indígena
- 04** Julgamento de índios acusados de matar 3 no AM deve iniciar nesta terça
- 05** Caso Tenharim : Em Humaitá Policiais Militares Estão De Prontidão
- 06** Índios dormem em barco há uma semana para tirar documentos no Acre
- 07** Mais áreas isoladas da Amazônia, antes inacessíveis, passarão a fazer parte do Amazon Street View
- 08** Piracema termina e pesca já está liberada nos rios de MT
- 09** Parceria vai levar energia elétrica ao território kalunga
- 10** Governo vai iniciar distribuição de sementes para pequenos agricultores
- 11** Médico indígena conclui Especialização em Saúde da Família
- 12** Comunidades Quilombolas Capim Puba e Almas de Virgem da Lapa tem seus Territórios ameaçados pela monocultura de eucalipto
- 13** Índios Tenharim suspeitos de mortes em Humaitá irão depor em sede do Exército
- 14** Seca: Pescadores deixam profissão para se tornarem "caçadores de água"
- 15** Assistência Social participa de encontro quilombola para discutir CadÚnico



-
- 16** [Justiça suspende correção de edital sobre Rio dos Macacos, diz DPU-BA](#)
 - 17** [Mobilização contra lei que regulamenta a biopirataria](#)
 - 18** [Iterpa apresenta planejamento para regularização de áreas quilombolas em 2015](#)
 - 19** [Comissão da transposição do São Francisco discute plano de trabalho](#)
 - 20** [MPF pede suspensão da concessão das florestas nacionais Itaituba I e II](#)
 - 21** [Povos indígenas esperam que STF reverta decisão sobre terra ocupada](#)
 - 22** [II Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão](#)
 - 23** [Concurso voltado para a Educação Indígena é suspenso em Minas](#)
 - 24** [Governo e Unemat buscam parcerias para atender indígenas](#)
 - 25** [Acre levanta prejuízos na zona rural e realiza ações de emergência](#)
 - 26** [Proposta do governo para exploração da biodiversidade ameaça povos tradicionais](#)
 - 27** [Alertas de desmatamento crescem 90,5% na Amazônia Legal](#)
 - 28** [Comunidade e Ministério querem manter Mata do Planalto](#)
 - 29** [Fundo Amazônia libera dinheiro para associação indígena do Acre](#)

Julgamento dos Tenharim acusados de assassinato no AM deve começar esta terça
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03/03/2015

Crime ocorreu em 2013; julgamento deve ser realizado até quarta (4). Clima de tensão obriga audiência em lugar afastado de Humaitá, diz TJAM.

Adneison Severiano, do G1 AM



A primeira audiência de instrução e julgamento dos seis índios da etnia Tenharim acusados de matar três homens que viajavam pela Rodovia Transamazônica (BR-230), no Sul do Amazonas, em dezembro de 2013, deve começar nesta terça-feira (4). O julgamento será em Humaitá, município do Amazonas 591 km de Manaus. Segundo o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), o clima de tensão obrigou o órgão a escolher um lugar afastado da cidade para realizar a audiência.

O caso tramita em segredo de justiça na da 2ª Vara de Humaitá. De acordo com o TJAM, o julgamento será realizado pelo juiz Reyson de Souza e Silva. A escolha da audiência em local afastado tem o objetivo de evitar confrontos na cidade.

O juiz Jeferson Galvão de Melo, titular da 1ª Vara, estava respondendo pela 2ª Vara até novembro. Havia previsão de que algumas testemunhas seriam ouvidas por meio de carta precatória em Manaus e Porto Velho (RO). Entretanto, quando assumiu, o novo magistrado da 2ª Vara adiou a audiência.

Transferência

Em novembro, a Justiça determinou que os cinco índios da etnia Tenharim acusados de assassinar os três homens fossem transferidos para a base Hi-Merimã da Fundação Nacional do Índio (Funai). O local é usado como ponto de apoio para proteção de indígenas isolados. A decisão ainda não foi cumprida. Desde setembro, o grupo está preso em uma delegacia, no município de Lábrea, a 702 km de distância da capital.

Entenda o caso

Os assassinatos ocorreram em dezembro do ano passado, dentro de uma reserva da etnia

CONT.



Tenharim, situada às margens da Rodovia Transamazônica, em Humaitá. Cinco dos seis réus estão presos e afirmam que são inocentes. O sexto suspeito aguarda o julgamento em liberdade.

Os indígenas são réus na ação criminal pelos assassinatos do vendedor Luciano Freire, do professor Stef Pinheiro de Souza e do funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. As três vítimas desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. Os corpos dos três foram encontrados em fevereiro de 2014 durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica.

A suspeita é de que os crimes tenham sido motivados por vingança em resposta à morte do cacique Ivan Tenharim, cujo corpo foi encontrado em um trecho da Rodovia Transamazônica no dia 2 de dezembro de 2013. Dois seis réus no processo que acusa os índios pelas mortes dos três homens, dois são filhos do líder indígena. No inquérito, de acordo com o representante das famílias das vítimas, consta que os assassinatos foram definidos em uma pajelança – ritual místico realizado por um pajé indígena.

Em abril do ano passado, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou o grupo de índios por triplo homicídio duplamente qualificado, sendo que quatro indígenas também serão julgados por ocultação de cadáver.

Segundo o advogado Adelar Cupsinski, do Conselho Indigenista Missionário (CIM), que integra equipe de defesa dos indígenas, há falhas na investigação. Ele diz que as ameaças de morte supostamente recebidas por uma das vítimas não teria sido apurada.

Julgar ação indenizatória contra a Jurong é com a Justiça Federal

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02/03/2015

Na ação, pescadores exigem que empresa os indenize por prejuízos da instalação do estaleiro em Aracruz



Ubervalter Coimbra, Século Diário

A ação civil pública ajuizada em 2013 por pescadores para buscar a reparação de danos pela Jurong tramitará na Justiça Federal. O juiz estadual Felipe Bertrand Sardenberg Moulin tomou a decisão de não julgar o processo, por considerar que a competência para o julgamento é da Justiça Federal. O processo foi encaminhado à Justiça Federal de Linhares.

A ação foi proposta pela Federação das Associações dos Pescadores e pela Associação de Pescadores da Barra do Riacho e Barra do Sahy contra o Estaleiro Jurong Aracruz Ltda, em Aracruz, norte do Estado

O Ministério Público Federal (MPF) manifestou o interesse de participar do processo por considerar interesse primário da União, pois, "além da tutela indígena que já foi debatida em autos diversos, o que se discute são os danos causados aos bens por ela resguardados, exigindo, para tanto, a intervenção do MPF, assim como prestação jurisdicional equivalente a

CONT.



todos os envolvidos, dentro de suas peculiaridades, a serem provadas, sem gerar conflitos por decisões desiguais, o que só pode ser alcançado pelo juízo competente para julgar todas as ações que versam sobre o mesmo objeto, qual seja: a Justiça Federal”.

Os prejuízos aos pescadores decorrem da instalação do estaleiro da Jurong, onde “já se pode observar grande impacto ambiental na região, afetando diretamente as comunidades tradicionais pesqueiras, com a perda de recursos naturais potencialmente geradores de renda para esses grupos”.

No processo, também é denunciado que durante o licenciamento ambiental, a Jurong “reconheceu a necessidade de compensar as comunidades pesqueiras pelos impactos negativos que traria para a região, tendo em vista a inviabilidade de se apresentar medidas mitigadoras para todos os impactos socioeconômicos e ao ambiente marinho e costeiro que afetam a categoria”.

E também que, mesmo diante do reconhecimento de que a implantação do estaleiro da Jurong “redundaria em impactos negativos imediatos, afetando a renda da comunidade pesqueira”, o projeto foi tocado. Hoje se encontra em avançado estágio de instalação, “tendo impossibilitado o acesso dos pescadores à faixa de praia onde costumavam extrair o pescado, bem como inviável o uso de embarcações no entorno, haja vista a instalação de um quebra-mar”.

Daí, os pescadores exigem “a imediata compensação pelos impactos causados pelo dano ambiental decorrente da exclusão de área pesqueira e indenização pelo período não compensado quando devido, uma vez que a condicionante nº 18 ainda é objeto de discussão extrajudicial entre as partes”.

É requerido liminar “pelo imediato pagamento, a título de indenização, de seis salários-mínimos por mês, a contar de dezembro de 2012, para a ASPEBR e para cada pescador que atue na região de Barra do Sahy e Barra do Riacho, até o recebimento do objeto do pedido liminar de compensação; bem como o imediato pagamento a título de compensação, de três salários-mínimos por mês, até que as medidas compensatórias sejam implementadas e se tornem autossustentáveis”.

O estaleiro Jurong pediu que a Justiça Federal julgasse o processo. A juíza, à época, determinou a intimação do MPF, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para que manifestassem interesse no processo.

O MPF “manifestou seu interesse em intervir no feito, alegando que: 1) há interesse da União em função do local do suposto dano ser em mar territorial; 2) as licenças outorgadas para construção do estaleiro são de competência originária federal; 3) a Política Marítima Nacional é de exclusividade da União; e 4) a competência para processar e julgar o feito é da Justiça Federal”.

CONT.



O Ibama, por sua vez, “manifestou seu desinteresse na demanda, alegando ter delegado sua competência ao Iema [Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos], através da Portaria nº 32, de 12.11.2010, e que apenas possui competência supletiva”. O ICM-Bio, apesar de intimado, se omitiu completamente sobre o tema.

Para o juiz, no caso destes autos, evidencia-se o interesse da União como legitimador da competência federal em decorrência dos incisos V, VI e XI do art.20, da Constituição Federal (que tratam, respectivamente, dos recursos naturais da plataforma continental, da zona econômica exclusiva, do mar territorial e das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios), bem como pela titularidade da União sobre tais bens”.

O juiz afirma ainda: “Registre-se que o Ibama, por meio da portaria nº 32, de 12 de novembro de 2010 (publicada em 16 de novembro de 2010 no Diário Oficial da União, Seção 1, fl. 67), invocando expressamente o disposto no art. 4o, § 2o da Resolução Conama nº 237/972, delegou a competência para o licenciamento ambiental do empreendimento ao Iema – Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos”.

E que “é certo, contudo, que tal delegação não implica o afastamento da competência da Justiça Federal para julgamento das questões relativas ao licenciamento, especialmente nos casos em que o Ibama expressamente reconhece sua competência originária e reserva para si o exercício da competência supletiva e do acompanhamento técnico do procedimento”. Para, então, transferir a tramitação do processo para a Justiça Federal.

O processo é o de número 0008802-19.2013.8.08.0006 e foi ajuizado na 2ª Vara Cível de Aracruz.

O bolo da saúde indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02/03/2015



O grupo de trabalho encarregado de fazer a reforma da Saúde Indígena após a mobilização indígena que enfrentou os desmandos da Funasa, culminando no seu banimento da gestão deste subsistema do SUS, iniciou os seus trabalhos em 2009. O que deveria ser um grande mutirão de reconstrução das propostas originais do modelo proposto na segunda Conferência de Saúde Indígena de 1993 revelou-se o mais absurdo retrocesso, para perplexidade de todos os que participaram na difícil luta pela criação da Sesai.

A receita inicial para toda esta confusão é muito simples: começa pela indicação de pessoas sem nenhum compromisso, conhecimento ou experiência prévia na saúde indígena, mas cheias de oportunismo político e apetite para administrar a coisa pública e seus polpudos orçamentos. Os conluíus com grupos políticos corruptos e influentes nas altas esferas do governo são o fermento para fazer a massa levedar. Acrescente a isto grandes doses de autoritarismo, clientelismo e manipulação, e o bolo estará pronto para ser servido.

CONT.



Nos seis anos de atuação do grupo que atualmente controla a Sesai, a situação piorou ao ponto de muitas lideranças indígenas desejarem o retorno da Funai ou da Funasa à coordenação da saúde indígena. As estratégias de marketing e de protelação, no entanto, têm se mostrado eficazes para garantir a sobrevivência deste pequeno grupo nas disputas internas do atual governo. Assim pode ser entendida a proposta de criação do Insi, o instituto privado de Saúde Indígena proposto pela Sesai e assumido pelo governo.

Nada vai melhorar, muito antes pelo contrário, mas vai se ganhando tempo e novos argumentos para enganar aqueles que se deixam ser enganados. Infelizmente estas artimanhas funcionam no atual governo, e podemos prever a provável continuidade deste modelo pelos próximos quatro anos. Nada de reforma na política de recursos humanos, nada de transparência administrativa, o fim de qualquer pretensa autonomia nos distritos e, por último porém importante, nenhum controle social ou externo para incomodar. (pd.)

Boa Vista- RR, 02 de março de 2014.



Julgamento de índios acusados de matar 3 no AM deve iniciar nesta terça

SÍTIO ISA, 02/03/2015

Autor: Adneison Severiano

Fonte: G1 - <http://www.g1.globo.com>

A primeira audiência de instrução e julgamento dos seis índios da etnia Tenharim acusados de matar três homens que viajavam pela Rodovia Transamazônica (BR-230), no Sul do Amazonas, em dezembro de 2013, deve começar nesta terça-feira (4). O julgamento será em Humaitá, município do Amazonas 591 km de Manaus. Segundo o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), o clima de tensão obrigou o órgão a escolher um lugar afastado da cidade para realizar a audiência.

O caso tramita em segredo de justiça na da 2ª Vara de Humaitá. De acordo com o TJAM, o julgamento será realizado pelo juiz Reyson de Souza e Silva. A escolha da audiência em local afastado tem o objetivo de evitar confrontos na cidade.

O juiz Jeferson Galvão de Melo, titular da 1ª Vara, estava respondendo pela 2ª Vara até novembro. Havia previsão de que algumas testemunhas seriam ouvidas por meio de carta precatória em Manaus e Porto Velho (RO). Entretanto, quando assumiu, o novo magistrado da 2ª Vara adiou a audiência.

Transferência

Em novembro, a Justiça determinou que os cinco índios da etnia Tenharim acusados de assassinar os três homens fossem transferidos para a base Hi-Merimã da Fundação Nacional do Índio (Funai). O local é usado como ponto de apoio para proteção de indígenas isolados. A decisão ainda não foi cumprida. Desde setembro, o grupo está preso em uma delegacia, no município de Lábrea, a 702 km de distância da capital.

Entenda o caso

Os assassinatos ocorreram em dezembro do ano passado, dentro de uma reserva da etnia Tenharim, situada às margens da Rodovia Transamazônica, em Humaitá. Cinco dos seis réus estão presos e afirmam que são inocentes. O sexto suspeito aguarda o julgamento em liberdade.

Os indígenas são réus na ação criminal pelos assassinatos do vendedor Luciano Freire, do professor Stef Pinheiro de Souza e do funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. As três vítimas desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. Os corpos dos três foram encontrados em fevereiro de 2014 durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica.

CONT.



A suspeita é de que os crimes tenham sido motivados por vingança em resposta à morte do cacique Ivan Tenharim, cujo corpo foi encontrado em um trecho da Rodovia Transamazônica no dia 2 de dezembro de 2013. Dois seis réus no processo que acusa os índios pelas mortes dos três homens, dois são filhos do líder indígena. No inquérito, de acordo com o representante das famílias das vítimas, consta que os assassinatos foram definidos em uma pajelança - ritual místico realizado por um pajé indígena.

Em abril do ano passado, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou o grupo de índios por triplo homicídio duplamente qualificado, sendo que quatro indígenas também serão julgados por ocultação de cadáver.

Segundo o advogado Adelar Cupsinski, do Conselho Indigenista Missionário (CIM), que integra equipe de defesa dos indígenas, há falhas na investigação. Ele diz que as ameaças de morte supostamente recebidas por uma das vítimas não teria sido apurada.

<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/03/julgamento-de-indios-acusados-de-matar-3-no-am-deve-iniciar-nesta-terca.html>

Caso Tenharim : Em Humaitá Policiais Militares Estão De Prontidão

SÍTIO JORNAL DE HUMAITÁ, 02/03/2015



No natal de 2013, patrimônio da Funai e destruído após assassinatos de três homens na reserva tenharim em Humaitá. Foto: Divulgação

Humaitá. Nesta segunda feira (2), todos os policiais militares do 4º batalhão de Polícia (4ºBPM), estão de prontidão, ao todo são mais de 200 PMs que estão lotados no município, cerca de 600 km de Manaus. O motivo é o julgamento amanhã dos indígenas Gilvan, Gilson, Domiceno, Valdinar e Simeão Tenharim, todos da mesma etnia homônima, acusados de assassinar três homens em Humaitá, no final de dezembro de 2013.

De acordo com a assessoria da PM, chega nesta sexta feira (3) em Humaitá, vários Policiais Militares do Batalhão de Choque, vindos de Manaus para da suporte o policiamento local e federal na segurança do julgamento, é possíveis desordem.

De acordo com a PM-AM "nenhum policial militar lotado na cidade de Humaitá esta autorizado a viajar, nos dias 03 e 04, eles estão de prontidão ater o julgamento acabar." finalizou uma fonte da PM a nossa redação.

CONT.



Relembre o caso

Ao todo seis indígenas são réus na ação criminal pelo sequestro, homicídio e ocultação de cadáver do professor Stef Pinheiro, do vendedor Luciano Freire e funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. Os três moradores da região desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013, na rodovia Transamazônica, quando passavam pela terra indígena Tenharim-Marmelos, em Humaitá.

Os corpos foram encontrados 40 dias depois, enterrados próximo da aldeia. O crime gerou uma onda de revolta contra a população indígena. Bases e barcos da Funai foram incendiados no município. Os moradores também queimaram vários pontos de cobrança de pedágio usados pelos índios ao longo da rodovia Transamazônica.

Índios dormem em barco há uma semana para tirar documentos no Acre
SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 02/03/2015

Família viajou quase dois dias de barco até chegar em Cruzeiro do Sul. Barco está ancorado às margens do Rio Juruá.



Família fez viagem de barco até Cruzeiro do Sul para tirar documentos (Foto: Tácia Muniz/G1)

Uma família composta por sete indígenas da etnia Ashaninka está instalada, há uma semana, em um barco às margens do Rio Juruá, em Cruzeiro do Sul (AC). O motivo da viagem é, segundo Ætxoki, de 43 anos, a retirada de certidões de nascimento daqueles que ainda não possuem o registro. Sendo um dos poucos nativos a falar e entender o português, ele explica que traz os índios da aldeia, localizada no município de Marechal Thaumaturgo, e os leva para a retirada de documentos. A prática é constante, segundo ele.

“Eu trabalho ajudando eles a tirarem a documentação, porque quando a gente precisa de algum atendimento [médico] eles pedem isso pra gente. Como sou um dos poucos que falo português, sempre dou um jeito de acompanhá-los”, explica.

CONT.



De acordo com Ætxoki, por esse serviço não é cobrado nenhuma taxa. O barco onde ficam instalados é da própria comunidade. A viagem da aldeia à cidade de Cruzeiro do Sul dura, em média, um dia e meio, segundo o indígena. Eles permanecem na cidade até que a documentação seja retirada. Ætxoki diz que deve retornar à tribo nesta terça-feira (3) e volta a Cruzeiro do Sul novamente no dia 24 de março.

“Nós dormimos aqui até que tudo seja resolvido, passamos uns dias e também levamos para a comunidade alguns alimentos e objetos que precisamos usar muito, como panelas. Essas coisas vão para a cooperativa da tribo”, explica.

O indígena conta ainda que essa é uma forma de quando os nativos precisarem, principalmente de atendimento médico, terem a garantia de receberem o serviço. Mesmo com dificuldade de entender a língua, ele é um dos poucos que faz esse contato da tribo com a burocracia do sistema.

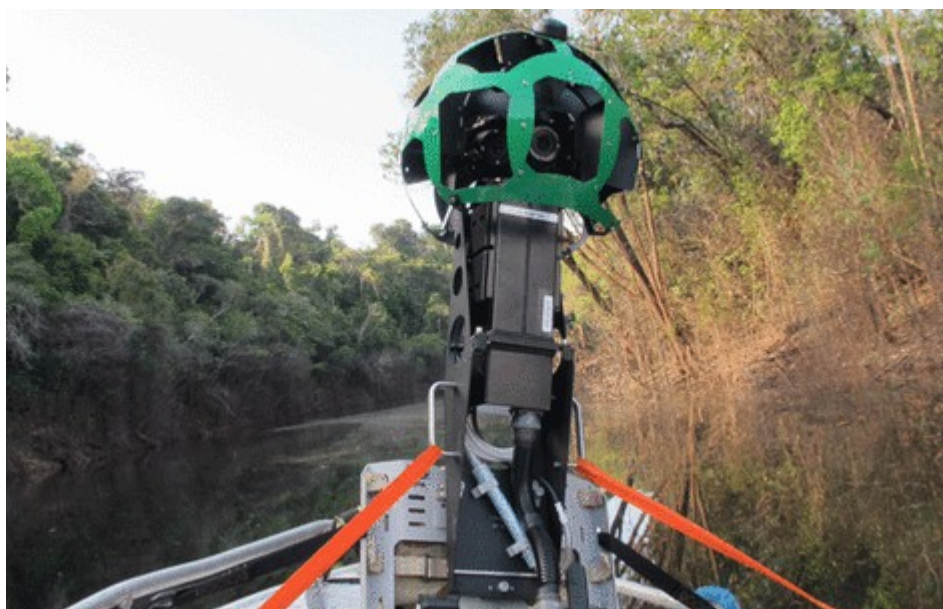
Autor: G1 AC

Fonte: G1 AC

Mais áreas isoladas da Amazônia, antes inacessíveis, passarão a fazer parte do Amazon Street View

SÍTIO A CRÍTICA, 02/03/2015

Usuários da web de todo o mundo agora terão a oportunidade de explorar digitalmente rios e florestas da região em imagens 360°. Projeto foi possível com parceria entre Google e Fundação Amazonas Sustentável



Usuários da web de todo o mundo agora terão a oportunidade de explorar digitalmente regiões como as RDS do Juma e Madeira, no Amazonas (Divulgação/FAS)

Após três anos do lançamento do Amazon Street View, o Google, em parceria com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), acaba de lançar a segunda fase do projeto, que visa explorar a Amazônia, por meio de fotografias 360°.

Usuários da web de todo o mundo agora terão a oportunidade de explorar digitalmente regiões como as Reservas do Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Juma e Madeira, no Amazonas, localizadas a 228 km da capital Manaus, além dos diversos tipos de vegetação que formam a floresta Amazônica. Nessas regiões vivem aproximadamente seis mil famílias que participam do Programa Bolsa Floresta, da FAS, considerado um dos maiores programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do mundo em extensão.

CONT.



"As RDSs Madeira e do Juma são regiões extremamente importantes na Amazônia. Nelas, realizamos projetos de geração de renda e de educação adaptada à realidade local. Juntas, essas áreas somam quase 900 mil hectares de floresta em pé. Com o Amazon Street View o mundo poderá ver essa realidade e saber que pessoas vivem em uma região com tantos desafios e realidades totalmente diferentes. O resto do Brasil e do mundo precisam saber disso e valorizar a floresta e quem vive nela", afirma Virgílio Viana, superintendente-geral da FAS.

Diferente da primeira fase, em que as imagens foram coletadas pelo Trike (o triciclo do Street View), nesta, a equipe da FAS usou nos registros o Trekker, evolução tecnológica do Google emprestada à organização por meio do programa Trekker Loan. Como resultado, em 18 dias de expedição foram visitadas 18 comunidades interligadas por longas trilhas e, pela primeira vez, o Trekker foi pendurado em uma tirolesa, proporcionando imagens das copas de árvores. Mais de 500 km de rios, lagos e córregos, 20 km de trilhas em meio à mata, duas escaladas de árvores, fazem parte das imagens.

"O Google Maps completa dez anos em 2015. Neste período tivemos muitos avanços tecnológicos, como o Street View e seus equipamentos. Cada avanço na tecnologia proporciona novas experiências aos usuários da web. Entre elas, a exploração a regiões que, provavelmente, a maioria das pessoas não poderá conhecer pessoalmente. Juntos, Google e FAS proporcionam conhecimento relevante para a conscientização da sociedade sobre a importância da Amazônia", diz Karin Tuxen-Bettman, gerente do Google Earth Outreach.

Segundo o líder do projeto em campo, Gabriel Ribenboim, o avanço da tecnologia do Google facilitou as inovações da fase no Juma e Madeira. "Com a nova tecnologia, que permite maior mobilidade e autonomia, pudemos entrar mais profundamente em trilhas e igarapés nunca antes imageados, como a trilha de 11 km em floresta densa que conecta as comunidades do Rio Auruá com as do Rio Mariepaua. Em experiência inédita no mundo, com essa nova tecnologia da Google, conseguimos adaptar o equipamento em uma tirolesa fixada em uma das maiores castanheiras da região - com altura entorno de 60 metros -, remontando uma descida da copa das árvores até o solo - documentando todos os estratos florestais", destaca.

As ações em campo contaram ainda com apoio de moradores das comunidades na Amazônia, que ajudaram a capturar as imagens sem impacto à natureza. "Um dos maiores desafios foi na exploração para encontrar um lugar adequado para a experiência com a tirolesa. As condições que colocamos e não abrimos mão foi de não gerar nenhum impacto sobre a floresta, sua biodiversidade e seus habitantes, e não colocar em risco a operação. Buscamos árvores altas, que fossem seguras para operação de escalada, e que na descida da câmera nos cabos de aço, não prejudicasse a floresta. Em 20 dias em campo, em ambiente natural hostil, com alta umidade e momentos de muita chuva, o equipamento se mostrou muito resistente e voltou ileso. Tivemos total apoio da comunidade local e a troca de experiências foi muito rica - o que representa a interatividade que este projeto se propõe, ao colocar estas comunidades isoladas no mapa", ressalta Ribenboim.

A captação das imagens foi autorizada pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação

CONT.



(CEUC), vinculado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) parceiro do projeto e responsável pela gestão das reservas.

O equipamento e a região

O Trekker é um equipamento que reúne um sistema fotográfico de 15 lentes em um conjunto portátil, que pesa 18 kg e mede 120 cm. Ele dispara fotos automaticamente, aproximadamente a cada 2,5 segundos, conforme o operador caminha por trilhas - inclusive aquelas mais íngremes ou estreitas. A captação das imagens contou com o apoio de comunitários que aprovaram sua participação individualmente após um processo de consulta realizado junto às comunidades locais. Entre eles, "Tokinho", o guia local que nasceu na região da RDS do Juma e atualmente cria peixes em uma estação experimental do componente Renda do Programa Bolsa Floresta.

Este componente auxilia as comunidades ribeirinhas a encontrar benefícios econômicos a partir do manejo sustentável da floresta. Na RDS Madeira os principais projetos estão vinculados ao potencial de produção de cacau. Ao longo dos anos, foram instalados secadores de cacau em várias comunidades da reserva. Em 2014, essa reserva passou por uma enchente histórica no Rio Madeira, atingindo 19,74 metros.

Além de inundar centenas de casas, a cheia devastou grandes áreas produtivas de dezenas de famílias. A FAS realizou ações para minimizar o impacto na qualidade de vida dos ribeirinhos e à recuperação das áreas devastadas. Foram distribuídos cerca de 550 filtros de água, 268 vacinas, 296 kits educativos de primeira infância, além de sementes de melancia, abóbora, jerimum e maxixe para cerca de mil famílias

Já na RDS do Juma, os investimentos da FAS focam a educação adaptação à realidade local. São dois Núcleos de Conservação e Sustentabilidade (NCSs), espaços construídos para promoção e incentivo de ações de educação, saúde, apoio ao empreendedorismo, além de servir de base para a pesquisa e inovação nas reservas. Os NCSs contam com salas de aula, biblioteca, alojamento para alunos e professores, refeitório e ambulatório, todos abertos a comunidade.

"Agora, quem visitar o Amazon Street View poderá ver o trabalho que desenvolvemos para recuperar regiões degradadas pela enchente e como uma educação de qualidade acontece em regiões tão distantes", finaliza Virgílio Viana.

*Com informações da assessoria de imprensa.

Piracema termina e pesca já está liberada nos rios de MT

SÍTIO MÍDIA NEWS, 02/03/2015

A cota permitida por pescador devidamente licenciado é de 5 quilos



Reprodução

DA REDAÇÃO

A pesca estará liberada a partir de domingo (01) nos rios de Mato Grosso (Bacias Araguaia-Tocantins, Paraguai e Amazonas). Para isso, os pescadores amadores devem obter Carteira de Pescador Amador, que é obrigatória e pode ser adquirida na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), nas 11 unidades da instituição do interior (Cáceres, Barra do Garças, Juína, Rondonópolis, Sinop, Alta Floresta, Guarantã do Norte, Aripuanã, Vila Rica, Tangará da Serra e Juara) ou no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Já os pescadores profissionais deve fazer seu registro em uma colônia de pesca da sua região, com cota de 125 quilos de pescado por semana.

Atendendo à Lei Estadual nº 9.096, de 16/01/2009, o pescador amador poderá capturar e transportar até 5 kg e um exemplar, independente do peso. As medidas mínimas dos peixes constam na carteira de pesca do Estado, e algumas delas são:

- Piraputanga 30 cm
- Curimatá e piavuçu 38 cm

CONT.



- Pacu 45 cm
- Barbado 60 cm
- Cachara 80 cm
- Pintado 85 cm
- Jaú 95 cm.

A cota permitida por pescador devidamente licenciado é de 5 quilos. A captura, comercialização e transporte do dourado (*Salminus brasiliensis*) estão proibidas. O produto decorrente da pesca não poderá ser comercializado. No ato da fiscalização, o pescador poderá optar em ser fiscalizado por cotas Individuais ou considerar a cota de grupo, que será igual à soma das individuais.

Conforme o fiscal da Coordenação de Fiscalização da Pesca da Sema, Luciédio Lisboa, é preciso observar ainda que não são permitidos petrechos de pesca, como tarrafa, rede, espinhel, cercado, covo, pari, fiska, gancho, garateia pelo processo de lambada e substâncias explosivas ou tóxicas, e equipamento sonoro, elétrico ou luminoso.

Recomenda-se que, na modalidade pesque e solte, o pescador utilize anzóis lisos, de modo a garantir a sobrevivência dos peixes capturados e soltos. Os peixes devem ser devolvidos à água cuidadosamente, na posição horizontal. "Acontece que há uma cultura muito grande dos pecadores da Baixada Cuiabana em usar rede, é uma luta para explicar que não pode, com ou sem piracema vamos continuar fiscalizando".

Fiscalização

Equipes da Sema, numa parceria com Delegacia do Meio Ambiente e a Polícia Militar Ambiental, farão rondas em todo Estado para garantir que ninguém desça para os rios antes de findar o período de defeso da piracema. Mesmo depois da liberação, caberá monitorar se os pescadores profissionais e amadores estão atendendo à legislação estadual.

Os infratores pegos desrespeitando as regras estão sujeitos às penalidades que vão desde multa até detenção, previstas na Lei Estadual nº 9.096/2009 e na Lei Federal nº 9.605/1998, regulamentada pelo Decreto nº 6.514/2008. Quem for pego sem a declaração de estoque de pescado ou praticando a pesca depredatória pode ter que pagar de R\$ 1 mil a R\$ 100 mil.

Sobre a Piracema

O período leva em consideração a Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nº 201, de 22 de outubro de 2008, e a Portaria, também do Ibama, nº 48, de 25 de setembro de 2007. Nesse período é proibida a pesca, inclusive na modalidade pesque e solte. A exceção é a pesca de subsistência, desembarcada, ou seja, aquela praticada artesanalmente por populações ribeirinhas e

CONT.



tradicionais, para garantir a alimentação familiar, sem fins comerciais. O período de piracema teve início no dia 1º de novembro, nos rios da Bacia Hidrográfica do Araguaia e 5 de novembro nos rios das Bacias do Amazonas e do Paraguai e termina neste sábado, dia 28 de fevereiro.

Balanço parcial

No período de defeso 2014-2015, foram apreendidos 1.539,85 kg de pescado e 1.646 apetrechos utilizados na pesca depredatória. Um total de 4.854 pessoas foram abordadas e orientadas, foram vistoriados 14.145 kg de pescado, com apreensão de 30 embarcações, um veículo, três motos, quatro armas, contendo 32 munições e 25 armadilhas.

As ações de fiscalização geraram 11 autos de infração, 216 autos de inspeção, 45 termos de apreensão, 14 termos de doação e um total de R\$ 73.893 em multas. Entre os municípios onde houve maior número de apreensões de pescado de novembro a janeiro (pelas equipes da Sema) estão: Cuiabá (612,8), Barão de Melgaço (248), Poconé (239,2), Colíder (185), Várzea Grande (166,5) e Santo Antônio do Leverger (86,35). Os 2 kg que faltam na totalização se referem a Diamantino.

Denúncias

A pesca depredatória e outros crimes ambientais podem ser feitas por meio da Ouvidoria Setorial da Sema pelo 0800-65-3838; no site da Secretaria (www.sema.mt.gov.br), por meio de formulário, ou ainda nas unidades regionais do órgão ambiental.



Parceria vai levar energia elétrica ao território kalunga

SÍTIO PORTAL BRASIL, 02/03/2015

Acordo é entre Ministério de Minas e Energia, Companhia Energética de Goiás e Seppir. Kalunga é a maior comunidade quilombola do País

Localizada no norte goiano, na área que abrange as cidades Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, o maior quilombo do Brasil, o território Kalunga, receberá infraestrutura para o fornecimento de energia elétrica.

A iniciativa é resultado de parceria firmada no último dia 29 de dezembro, entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Ministério de Minas e Energia (MME) e Companhia Energética de Goiás (CELG).

Para o gerente de projetos da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da Seppir, Ronaldo Oliveira, "o atendimento desta demanda de eletrificação representa um grande avanço para a realização de política pública através do Programa Brasil Quilombola (PBQ), fruto de uma reivindicação histórica dessas comunidades e efeito de uma sólida parceria entre Seppir e MME".

Segundo o gestor, o início das obras está previsto para o primeiro semestre deste ano.

Reconhecido como sítio histórico que abriga o patrimônio cultural kalunga, o território é parte essencial do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Além das riquezas culturais, a área ocupada de 272 mil hectares possui cachoeiras e nascentes, englobando a maior área de Cerrado preservado do mundo.

Programa Brasil Quilombola

As parcerias entre Seppir e MME são desenvolvidas no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ), que reúne um conjunto de ações governamentais para garantir o acesso dessa população às políticas e aos serviços públicos.

Lançado em março de 2004, o PBQ tem o objetivo de consolidar os marcos da política de estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações a partir dos eixos "Acesso à Terra"; "Infraestrutura e Qualidade de Vida"; "Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local"; e "Direitos e Cidadania".

Fonte: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.



Governo vai iniciar distribuição de sementes para pequenos agricultores

SÍTIO FAX AJU, 02/03/2015

Típico da culinária nordestina, o milho começa a ser plantado no interior sergipano em março, quando os produtores receberão as sementes do cereal. Este ano, o governo do Estado distribuirá 515 toneladas de sementes de milho para 40 mil famílias de agricultores das regiões do Agreste Central e Centro Sul sergipanos. A Chamada Pública para compra das sementes foi realizada no último dia 20 e até o próximo dia 12, as sementes começam a ser distribuídas. Ano passado, Sergipe produziu pouco mais de 800 mil toneladas do grão, com rendimento de 4,4 toneladas por hectare - perdendo apenas para o estado da Bahia, conforme o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

A distribuição de sementes integra a política de fomento à agricultura familiar executada pelo Governo do Estado. Implantado em 2007, o programa de distribuição de sementes inclui ainda as culturas de arroz, feijão e sorgo. Ano passado, foram distribuídas 500 toneladas de sementes, um investimento de R\$ 2,5 milhões. Para 2015, o investimento previsto é de R\$ 6 milhões para 795 toneladas de sementes, entre sorgo (30 toneladas), feijão (250 toneladas), milhos (515 toneladas).

Desenvolvida principalmente nos municípios de Carira, Simão Dias, Poço Verde e Frei Paulo, a cultura do milho conta com incentivos do governo para se consolidar como segmento de mercado - e não mais como atividade de subsistência. O apoio se dá através de assistência técnica por meio da Emdagro, da distribuição de sementes e da mecanização agrícola.

Outra medida importante na consolidação da agricultura familiar como segmento de mercado - e não mais como atividade de subsistência - é a parceria entre o Governo de Sergipe e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Por meio dessa, a Conab compra a produção familiar a preços adequados, de forma descomplicada e sem intermediários. O produto é processado e disponibilizado para uso em merenda escolar ou estoques reguladores do Governo.

Essas sementes beneficiarão 40 mil famílias de pequenos agricultores em todo o Estado. O período de distribuição de sementes foi pensando para o agricultor familiar, povoados, assentamentos de reforma agrária, povos indígenas, extrativistas e quilombolas, que contam com essas sementes para plantar no período de chuva, informou o presidente da Emdagro, Jefferson Feitoza de Carvalho.

Rizicultura

A produção de grãos ganha espaço na cadeia agrícola de Sergipe. Além da crescente produção

CONT.



de milho, o estado bate recordes na rizicultura. Concentrada principalmente nos municípios do Baixo São Francisco, a produção de arroz melhorou suas técnicas e saiu das 6,5 toneladas/hectare para uma média atual de oito toneladas por hectare. Em início de colheita, o povoado de Betume, no Município de Ilha das Flores, já bate recorde com mais de 22 mil toneladas produzidas e cresce a chance de repetir o recorde nacional da safra 2012/2013, quando atingiu 9,7 toneladas/hectare.

Este já é o recorde histórico do perímetro e estamos na expectativa de repetir o recorde nacional, informa o gerente do Distrito de Irrigação de Betume, Wendell Mota dos Reis. Ele atua no perímetro público irrigado e atribui o fato positivo às novas técnicas implantadas pelos produtores, à assistência técnica da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), às novas tecnologias e às sementes distribuídas pelo governo, de alta qualidade, um programa muito importante para todos os produtores.

Os índices de produtividade são ainda mais relevantes quando se verifica que este cultivo é feito por pequenos produtores da agricultura familiar, numa região tida como de extrema pobreza. Para efeito comparativo, no Rio Grande do Sul e Paraná, estados com tradicional produção de grãos, a produtividade está entre 8 e 9 toneladas/hectare.

Favorecendo ainda mais a vocação produtiva da região, o governo estadual distribuiu nos últimos anos mais de 1.000 toneladas de sementes a parceiros dos perímetros do Baixo São Francisco. Foram 300 toneladas para a safra 2011/2012, 300 toneladas para 2012/2013, 387 toneladas para 2013/2014 e 364 toneladas distribuídas para 2014/2015. Os recursos são oriundos do Fundo de Combate à pobreza e a ação foi articulada entre as secretarias de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social e da Agricultura.

De acordo com Reis, com a distribuição de sementes selecionadas e a assistência técnica hoje existente a perspectiva é continuar crescendo. Se mantivermos esta parceria com a Codevasf, com a assistência técnica e o governo continuar fornecendo as sementes, a tendência é melhorar cada vez mais a produção, avalia.

O agricultor Antônio dos Santos participa do programa de doação de sementes e contabiliza os benefícios. Ficou tudo melhor depois da implantação desse programa. Trabalho na lavoura com meus três filhos e nossa renda aumentou 50% depois que passamos a receber sementes do governo. Reformamos a casa e hoje não falta mais nada para minha família, contou.

Escoamento

A recuperação das rodovias sergipanas também tem representado um apoio fundamental na produção de grãos, já que facilita substancialmente o escoamento de toda a produção. No que diz respeito ao milho, a implantação da via que liga o município de Carira a Nossa Senhora da Glória favoreceu a comercialização do produto. A obra representa um investimento de R\$ 21.279.972,98 em recursos estaduais.

CONT.



No Baixo São Francisco, o governo implantou a rodovia SE-42, obra do Proinveste, que liga os povoados Santa Cruz e São Miguel à sede do município de Propriá, maior produtor de arroz do estado. Um investimento de R\$ 5 milhões. A rodovia do Arroz foi construída para interligar a região produtora aos centros consumidores. A interligação passa ainda pela rodovia Japatã/Propriá, em construção.

O rizicultor José Aldo dos Santos, popularmente conhecido como Aldinho, comemora a implantação da rodovia do Arroz. Ele conta que a distribuição do produto ficou mais eficaz. Para você ter uma ideia, no inverno, levávamos de 40 a 50 minutos para chegar até a pista de Propriá. Muita gente se recusava a vir. Hoje, fazemos esse mesmo percurso em quatro minutos. Os caminhões que vinham carregar as sacas de arroz enfrentavam dificuldades com a lama e isso encarecia o frete e diminuía nossa margem de lucro que já não é tão grande. Essa nova pista é uma maravilha e agradecemos ao governo por essa conclusão, já que finalmente, após muitos prometerem, hoje virou uma realidade e transformou nossas vidas para muito melhor, comemora o rizicultor, ao enumerar as vantagens significativas para o seu negócio.

Feijão

Já no alto sertão, as produções de milho e feijão foram interligadas aos maiores centros consumidores, Salvador e Aracaju, por meio da Rota do Sertão e da rodovia Carira-Nossa Senhora da Glória.

Somente em 2014, foram distribuídas 100 toneladas de semente de feijão aos produtores dos municípios de Poço Verde, Simão Dias, Porto da Folha, Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre, Gararu, Lagarto, Tobias Barreto, Ribeirópolis e Carira, Canindé do São Francisco, Nossa Senhora Aparecida e Frei Paulo. A produção de 2014 ultrapassou as seis mil toneladas de feijão.

Secretaria de Estado da Comunicação Social
Governo de Sergipe



Médico indígena conclui Especialização em Saúde da Família

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 03/03/2015

No último dia 28, a cidade de São Paulo recebeu 997 alunos da “turma 4” do Curso de Especialização em Saúde da Família, modalidade à distância, oferecido pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Esses alunos defenderam seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) durante o V Encontro Presencial da Especialização. Médicos brasileiros, cubanos, enfermeiros e tantos outros profissionais passaram o sábado chuvoso apresentando suas pesquisas. Porém um deles se destacou: Otan de Lima Pereira, indígena da etnia Macuxi.

Ao dissertar sobre a “Dematite atópica em comunidades indígenas”, o médico conclui sua especialização em Saúde da Família e diz que os conhecimentos sobre a parte prática do SUS para médicos estrangeiros e brasileiros formados no exterior são fundamentais para o cotidiano do trabalho. “O curso é ótimo. Ajudou muito a compreender mais sobre o fluxo dos usuários do SUS e como funciona a Atenção Básica no Brasil. Foi muito importante para compreender as diretrizes brasileiras e também como funciona o sistema de acolhimento aqui”, disse o médico indígena.

Aos 32 anos e nascido na comunidade do Xumina, reserva indígena Raposa Serra do Sol, no município de Normandia (RR), Otan sempre sonhou em ser médico e ajudar sua comunidade. Atualmente, trabalha no Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Leste de Roraima e relata que, como indígena, a aceitação da comunidade, em princípio, não foi fácil, porém vem crescendo a cada dia.

“A ascendência indígena facilita a entrada nas aldeias e faz com que a comunidade confie mais em mim, como pessoa. Mas eles acreditam que o médico é o branco, de branco e maleta de couro. Para quebrar isso, atendo mais e brinco menos”, conta o médico.

Para ele, a cultura indígena influencia muito o trabalho. A medicina tradicional e seus costumes devem ser respeitados, porém deve-se ser assertivo quando o pajé não solucionar alguma questão de saúde. “Abrimos oportunidade para que pessoas que trabalham com rezas e orações atuem junto à medicina ocidental. Eu acredito muito nas práticas tradicionais, estudei isso na faculdade, mas não faço essa parte. E na região onde trabalho, eles acreditam muito: primeiro vem o pajé, depois o médico. Mas se o pajé não der jeito, precisamos encaminhar logo”.

Especialização

E Otan não pára. Antes mesmo de concluir o curso em Saúde da Família, já iniciou a Especialização em Saúde Indígena para profissionais vinculados ao programa Mais Médicos, também na modalidade à distância, a fim de não comprometer seu trabalho nas aldeias.

Por Déborah Proença



Comunidades Quilombolas Capim Puba e Almas de Virgem da Lapa tem seus Territórios ameaçados pela monocultura de eucalipto

SÍTIO CEDEFES, 03/03/2015

Comunidades Quilombolas Capim Puba e Almas de Virgem da Lapa tem seus Territórios ameaçados pela monocultura de eucalipto no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais

Há décadas a Susano – Papel e Celulose e outras empresas vêm explorando área de (cerrado) chapadas para plantio de eucalipto, tais áreas há centenas de anos já eram utilizadas por comunidades quilombolas do município de Virgem da Lapa no Vale do Jequitinhonha. Os empreendimentos capitalistas (monocultivos de eucalipto) chegam com sua concepção autoritária de desenvolvimento e tem se apropriado dos territórios das comunidades e consequentemente, tomando suas terras, principalmente, as chapadas de uso comum, desestruturando as condições materiais e imateriais de existência das comunidades tradicionais e/ou reestruturando-as a partir de outros “valores” trazidos pelos empreendedores que negam a identidade cultura destes povos.

Em muitos casos, devido ao fato dessas populações não terem o título das terras pertencentes, ocorreu a grilagem das mesmas, por parte dos fazendeiros e empresas. Esta estratégia de tomar terras de uso comum das comunidades ainda persistem.

Atualmente, existe um processo na justiça movido pelo fazendeiro Tarcísio Fernando Felix contra comunidades tradicionais de Virgem da Lapa, pedindo reintegração de posse de uma área que faz parte de território tradicional que há muitos anos é usado pelas comunidades para extrativismo e solta de gado. O latifundiário quer dobrar sua área, atualmente de 475 hectares para mais 800 hectares, justificando revisão territorial e para isto está entrando no território das comunidades quilombolas Capim Puba e Almas. As Comunidades Quilombolas clamam por justiça e pela garantia de seus direitos territoriais.

No dia 24/02/2015, A CPT MG reuniu com representantes das Comunidades Quilombolas: Onça de Cima, Capim Puba; EMATER, Secretaria Municipal de Agricultura e a vereadora Adriana, ambos de Virgem da Lapa para discutir sobre possíveis soluções, ou seja, que as famílias tenha seus direitos territoriais respeitados. Depois da reunião a Comissão Pastoral da Terra, juntamente com representantes das comunidades Capim Puba e Almas (Mauro e Kerlane) visitaram as respectivas comunidades, para conhecer e entender melhor as ameaças que vem sofrendo. A principal fonte de renda dessas famílias vem do extrativismo e de cultivo de culturas anuais. Com a expansão da monocultura do eucalipto, que já destruiu grande parte do bioma cerrado da região, levando muitas famílias a migrarem e as que resistiram estão ameaçadas. Diante disso, repudiamos as várias formas de expropriação dos territórios tradicionais das comunidades e consequentemente, destruição de seus modos de vida e a violação de seus direitos, entre elas, a ação movida pelo fazendeiro acima citado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38/2015

Brasília, 03 de março de 2015.

Também denunciemos a destruição do cerrado no Vale, que além de tirar o território das comunidades quilombolas, vem causando grandes impactos ambientais e diminuindo a biodiversidade regional.

Fonte: Paulo Andre Alves de Amaral.

Índios Tenharim suspeitos de mortes em Humaitá irão depor em sede do Exército
SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 03/03/2015



O local da audiência, 54o. Batalhão de Infantaria de Selva em Humaitá (Foto: Exército)

A Justiça de Humaitá, no sul do Amazonas, iniciou às 9 horas desta terça-feira (03), a audiência de instrução em que, pela primeira vez, os seis indígenas tenharim denunciados sob acusação de envolvimento nas mortes de três homens “brancos” dentro da Terra Indígena Tenharim Marmelos, darão suas versões em juízo do crime de maior repercussão na Amazônia Ocidental, na divisa com Rondônia.

Por medida de segurança, a audiência está sendo realizada na sede do 54º. BIS (Batalhão de Infantaria de Selva), também denominado de Batalhão Cacique Ajuricaba, nome do líder da tribo Manaós que lutou contra a colonização da Amazônia pelas tropas portuguesas em 1729.

Para ouvir os depoimentos de cinco índios presos preventivamente há 13 meses, a Justiça transportou de helicóptero da Polícia Rodoviária Federal e a escolta da Polícia Militar, na segunda-feira (02), Simeão Tenharim, 37 anos, o cacique da aldeia Taboca Domiceno Tenharim, 34, Gilson Tenharim, 25, Gilvan Tenharim, 20, e Valdinar Tenharim, 30, de uma base da Funai (Fundação Nacional do Índio) no município de Lábrea para o 54. BIS, uma distância de mais de cem quilômetros de Humaitá (a 591 quilômetros de Manaus).

CONT.



O sexto indígena acusado de coautoria pelos crimes é o líder da etnia e servidor público Aurélio Tenharim, 42, que está em liberdade. A reportagem apurou que ele comparecerá à audiência de instrução espontaneamente, acompanhado de advogados da Funai.

No mínimo 30 testemunhas indígenas e não indígenas, listadas pelos advogados de defesa e acusação, prestarão depoimentos na audiência na sede do 54ª. BIS, que fica a 9 quilômetros do centro de Humaitá, na BR 230, a Transamazônica. Os nomes das testemunhas estão sob sigilo de justiça, assim como a ação criminal.

A sessão pública é presidida pelo juiz Reyson de Souza e Silva, da 2ª. Vara da Comarca de Humaitá. A previsão para o término da audiência é nesta quarta-feira (04). Procurado pela reportagem, o juiz disse por meio da assessoria de imprensa que a ação criminal tramita em sigilo de justiça, razão pela qual não pode comentar o processo.

Após a sessão, o juiz Souza e Silva abrirá prazo para que os advogados de defesa e acusação façam as alegações finais e decidirá se os acusados irão ou não ao julgamento pelo Tribunal do Júri. O juiz também pode decidir pela revogação ou não da preventiva dos cinco índios presos. Devido à grande repercussão do caso, o julgamento pode ocorrer em Manaus, capital do Amazonas.

Os seis indígenas tenharim foram denunciados pelo Ministério Público Federal por suspeitas nos crimes de triplo homicídio duplamente qualificado (motivo de vingança (torpe) e sem chance de defesa), sequestro e ocultação de cadáveres pelas mortes do professor da rede municipal Stef Pinheiro, 43, o vendedor comercial Luciano Freire, 30, e o funcionário da empresa Eletrobras Amazonas Energia, Aldeney Salvador, 40, em 16 de dezembro de 2013.

No único pronunciamento que deram sobre o crime, em uma carta encaminhada ao Ministério Público Federal de Rondônia em 22 de maio de 2014, os cinco indígenas presos negaram participação nas mortes. "A gente é inocente. Não somos o que eles (a polícia) disseram. Estamos sendo injustiçados", dizem. A íntegra da carta, ditada à antropóloga Rebeca Campos Ferreira, que anotou o relato dos indígenas, pode ser lida [aqui](#).

Três advogados do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) fazem a defesa de Domiceno Tenharim e Gilvan Tenharim. Procuradores da Funai são os responsáveis pela defesa de Simeão Tenharim, Gilson Tenharim, Valdinar Tenharim e Aurélio Tenharim. A reportagem procurou os dois órgãos para comentar o início da audiência de instrução, mas tanto a Funai como o Cimi preferiram não se pronunciar até o momento.

Em declarações anteriores, a Polícia Federal diz que os nomes das testemunhas de acusação estão em sigilo para preservá-las, uma vez que a maioria é formada por indígenas da mesma etnia, além do que o processo criminal está em sigilo judicial. Mas, segundo a investigação, nomes de outras quatro lideranças tenharim foram citados como supostos autores dos disparos de tiros contra os três homens.

CONT.



O advogado Carlos Evandro Terrinha, responsável pela assistência jurídica às famílias dos mortos, afirma que as provas que constam no inquérito da Polícia Federal "são incontestáveis". "A importância da audiência de instrução é buscar a verdade real. Há a materialidade e indícios fortíssimos que eles foram assassinados dentro da aldeia (Taboca). Agora se busca os outros autores, quem são e quantos foram. Não foram só os seis. Alguém que leva 74 tiros, leva no mínimo disparos de 15 pessoas", disse Terrinha.

A reportagem da Amazônia Real procurou lideranças tenharim para comentar a atual fase do processo criminal contra os seis acusados, mas eles disseram que não irão mais falar com a imprensa.

PF apontou que mortos eram inocentes

Segundo as investigações da Polícia Federal, em 16 de dezembro de 2013 o professor da rede municipal Stef Pinheiro, 43, o vendedor comercial Luciano Freire, 30, e o funcionário da empresa Eletrobras Amazonas Energia, Aldeney Salvador, 40, foram mortos por dezenas de disparos de tiros de espingarda por motivo de vingança pela morte do cacique Ivan Tenharim.

O cacique Ivan foi encontrado morto em um trecho da BR 230, a Transamazônica, dez dias antes do crime na terra indígena. Laudo pericial, segundo a polícia, apontou que ele foi vítima de um acidente de motocicleta.

Os corpos dos três homens foram localizados em uma cova rasa dentro da aldeia Taboca, no dia 3 de fevereiro de 2014, após 49 dias de buscas por uma operação liderada pela PF.

Durante o período em que eles foram dados como desaparecidos, a região do sul do Amazonas enfrentou um conflito sem precedentes durante o qual prédios, barcos e carros do serviço público de assistência aos índios foram incendiados por moradores de Humaitá revoltados com a demora nas investigações.

Os postos em que os índios cobravam pedágio ilegal na BR 230, no trecho da Terra Indígena Tenharim Marmelos também foram queimados pela população das cidades de Humaitá e Apuí e do distrito Santo Antônio do Matupi, de Manicoré, ambas no sul do Estado.

Em entrevista à Amazônia Real em janeiro de 2014, o ex-superintendente da PF em Rondônia, delegado Arcelino Damasceno, disse que as investigações mostraram que os seis indígenas tenharim suspeitos de envolvimento nas mortes estavam convictos de que o cacique Ivan Tenharim tinha sido atropelado por um carro preto.

De acordo com testemunhas ouvidas pela PF, no dia do crime Luciano Freire, proprietário de um veículo Gol preto, deu carona para Stef Pinheiro e Aldeney Salvador. Eles estavam se deslocando pela rodovia BR 230, a Transamazônica, no trecho que fica dentro da Terra Indígena Tenharim Marmelos, quando tiveram o carro intercepto por dezenas de índios armados de espingardas.

CONT.



“A abordagem ao veículo ocorreu porque os índios acharam que aquele carro foi o autor do possível atropelamento do cacique Ivan Tenharim. Só que o Ivan Tenharim não morreu atropelado, ele caiu da moto”, afirmou o delegado Damasceno.

Ele disse que para localizar o carro suspeito do atropelamento do cacique Ivan os tenharim receberam uma orientação de uma visão do pajé da etnia Torá. “Ninguém vai poder dizer como foram as mortes. O fato é que os três homens foram mortos a tiros”, afirmou o delegado Arcelino Damasceno.

Defesa questiona testemunhas e provas

O Cimi aponta falhas no inquérito da Polícia Federal que podem levar ao pedido de nulidade do futuro julgamento. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, o conselho diz que a ausência das identidades das testemunhas de acusação, que estão identificadas por números e não por nomes, não permite descartar outras motivações para o crime, como disputas internas na aldeia ou ligação com fazendeiros. Também questiona as participações de cada um dos acusados nos crimes.

O ex-advogado de defesa dos tenharim, Ricardo Albuquerque, chegou a pedir à Justiça Federal, no ano passado, um salvo conduto para que os indígenas não prestassem depoimentos sem a presença de advogados membros da Funai ao delegado Alexandre Alves, responsável pelo inquérito. A alegação era a de que houve violação do domicílio dos índios dentro das aldeias pela polícia. O advogado também pediu que depoimentos e as provas coletadas em relação à materialidade ou autoria fossem anuladas por falta de acompanhamento da investigação de tradutor e mediador cultural designado pela Funai. O pedido foi negado.

O juiz federal Umberto Paulini, da 2ª Vara Criminal do Amazonas, declinou da competência de analisar a denúncia e julgar os seis indígenas da etnia tenharim por entender que os assassinatos não foram motivados por conflito indígena e sim um ato de vingança pela morte do cacique Ivan Tenharim. Neste caso, a competência para julgar é da Justiça do Estado do Amazonas.



Seca: Pescadores deixam profissão para se tornarem "caçadores de água"

SÍTIO CIDADE VERDE, 03/03/2015

A Barragem de Barreiras, localizada em Fronteiras (400 km de Teresina), pode armazenar até 52 milhões de metros cúbicos de água, mas tem apenas 5 milhões - menos de 10% de sua capacidade. Como consequência da seca, pescadores da região estão deixando suas profissões para serem "caçadores de água". Sem outra opção de sobrevivência, eles saem em caminhões para procurar poços que contenham água potável. A sofrida realidade foi destaque na segunda parte da série "Água: O grande desafio", apresentada no Jornal do Piauí desta terça-feira (3).

Um balde com 20 litros de água potável custa em média R\$ 1,50. Um caminhão armazena até 14 mil litros - cerca de R\$ 186. Também é vendida a água não potável, retirada da própria barragem, que serve apenas para o consumo animal.

O caminhão com 14 mil litros de água suja custa em média R\$ 60. A repórter Karina Matos, que conduz a série especial, constatou o forte cheiro da água da barragem, que é coberta por uma espuma branca. Os moradores já constataram que armazenar água nessas condições inutiliza os reservatórios e atrai urubus.

Em meio ao triste cenário, a TV Cidade Verde teve acesso aos criatórios de peixes, que produzem cerca de 6 mil quilos de pescados por mês. Karina foi de barco acompanhar como funciona a piscicultura na região, que com a seca, já perdeu 30% de sua produção. O projeto não tem incentivo do governo e é mantido pelos próprios moradores.

"Aqui é só projeto nosso. Temos orgulho disso. Já estamos há 9 anos fazendo esse trabalho dar certo", disse o pescador Francisco Pires. Entretanto, após o término da reportagem, quando a equipe já estava em Teresina, foi informada de que 25 toneladas de peixe morreram com o agravamento da falta de água nos últimos dias.

Jordana Cury
jordanacury@cidadeverde.com



Assistência Social participa de encontro quilombola para discutir CadÚnico

SÍTIO AQUI ACONTECE, 03/03/2015

Gestores da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seades) participaram de encontro com a comunidade quilombola da região do Agreste para apresentar a importância dos grupos tradicionais estarem inseridos no Cadastro Único (CadÚnico).

O encontro foi realizado na Câmara de Vereadores de Arapiraca e contou com a participação de líderes de 22 quilombos de Alagoas; da equipe da Seades e da ex-superintendente da Fundação Cultural Palmares, Maria José da Silva.

Para a diretora de Informação, Monitoramento e Avaliação da Seades, Rilma Brandão, a finalidade da reunião foi apresentar as vantagens do Cadastro Único para acesso aos programas e benefícios sociais, como Tarifa Social na conta de energia elétrica, Bolsa Família e Programa do Leite.

“O CadÚnico é a porta de entrada para famílias de baixa renda terem acesso aos programas e benefícios sociais assegurados pelos governos federal e estadual. Nossa missão é identificar as famílias que têm o perfil e estão fora do cadastro para atualizar os dados e passarem a ser beneficiados”, explicou Rilma Brandão.

Estavam presentes líderes de comunidades quilombolas dos municípios de Taquarana, Igaci, Delmiro Gouveia, Penedo, Arapiraca, Olho D’Água das Flores, Igreja Nova, Água Branca, Pariconha, Batalha e Teotônio Vilela.

por Agência Alagoas.

Justiça suspende correção de edital sobre Rio dos Macacos, diz DPU-BA

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03/03/2015

Incrá delimitou território menor ao aceito pela comunidade quilombola. Defensoria Pública diz que irá pedir reconsideração da decisão.



G1 BA

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) suspendeu decisão, proferida em fevereiro deste ano, que determinava que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) deveria corrigir edital do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) sobre a comunidade Rio dos Macacos. A informação foi divulgada pela Defensoria Pública da União na Bahia (DPU-BA) nesta segunda-feira (2). Situada entre Salvador e Simões Filho, a área que abriga o quilombo tem a sua propriedade disputada há mais de 40 anos entre moradores da comunidade e Marinha do Brasil.

Segundo o DPU-BA, o pedido de correção está relacionado à informação publicada no edital que dizia que o quilombo seria delimitado em 104 hectares, espaço proposto pelo governo e

CONT.



que não foi aceito pelos quilombolas em audiência pública ocorrida em maio de 2014, na sede do Ministério Público Federal (MPF).

O DPU-BA disse que continua defendendo a republicação do edital, levando em consideração a área total do terreno, que possui cerca de 300 hectares. "Vamos pedir a reconsideração nos próximos dias", defendeu o órgão. Segundo o Incra, o recurso para suspensão de correção do edital foi feito pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Em nota, a AGU informa que os procuradores entenderam que a decisão administrativa de demarcar área inferior à delimitada no memorial foi para "conciliar interesses" entre a Marinha e os membros da comunidade. Além disso, argumenta que, se não tivesse a negociação, os moradores podiam já ter sido alvo de medida de reintegração de posse. A AGU acrescenta que "o direito de participação da comunidade não lhe confere o direito de determinar a área final que será objeto de regularização, pois não é dela a decisão acerca da área que será titulada em seu favor".

Correção de edital

A Justiça Federal havia determinado, em fevereiro deste ano, que o Incra corrigisse o edital do RTID, publicado em agosto do ano passado, sobre o Quilombo Rio dos Macacos.

"Teve uma assembleia no Ministério Público com a gente, mas depois o governo se juntou com o Incra e eles decidiram pela vida da comunidade e colocaram 104 hectares no Diário Oficial. Nessa divisão, toda a área coletiva da comunidade vai ser retirada da gente, área de mata, de rio, que a gente usa a água e pesca. Dos 104 hectares, a gente não pode mexer em 70% porque é uma parte da mata e comunidade preserva essas áreas. A comunidade vive da roça", disse a líder comunitária Rosemeire Silva, em defesa da área total do território.

A Defensoria Pública considera que houve descumprimento da decisão liminar, porque o documento divulgado não está em concordância com o relatório favorável à comunidade quilombola. A primeira publicação do edital do relatório foi determinada pela juíza da 1ª Vara Federal de Salvador em junho do ano passado. A decisão judicial foi motivada por uma ação civil pública ajuizada pela Defensoria em conjunto com o Ministério Público Federal.

A publicação

Dois anos após o início das discussões lideradas pela Secretaria-Geral da Presidência da República, o Incra publicou os limites do Quilombo Rio dos Macacos.

Conforme publicação, os trabalhos envolvidos na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) definiram que, dos 301,3 hectares de terra que integram o quilombo, 104 serão destinados à regularização fundiária de 67 famílias remanescentes.

De acordo com o Incra, o desenho da delimitação foi definido por meio da necessidade de que fossem asseguradas a regularização das terras quilombolas e também a manutenção de áreas necessárias à segurança nacional. Além das famílias que vivem no quilombo, a Marinha do

CONT.



Brasil mantém no local a Vila Naval e a barragem que abastece a Base Naval de Aratu, uma das mais estratégicas bases do país, que funciona desde a década de 1970.

Em maio deste ano, o governo federal ofereceu à comunidade quilombola uma área de 86 hectares ao norte da barragem que existe no local, como também seis hectares ao sul da Vila Naval. O Governo da Bahia concedeu mais uma área de 12 hectares ao lado do terreno de propriedade da Marinha, totalizando 104 hectares.

Segundo o Incra, durante reunião entre os envolvidos no processo, ocorrida no dia 21 de agosto, em Brasília (DF), houve a aprovação final do governo e definição da regularização fundiária do território da comunidade. O relatório foi aprovado no dia 22 de agosto pelo Conselho Diretor do Incra.

Histórico

O conflito com a Marinha começou na década de 70, depois que a Base Naval de Aratu foi construída e a União pediu a desocupação da área. Em 2009, os moradores do quilombo solicitaram uma intervenção do MPF que agora atua junto à Justiça para provar que eles são remanescentes de escravos e têm o direito de posse.

Uma decisão liminar proferida em novembro de 2010 foi favorável ao pedido da ação reivindicatória proposta pela Marinha e ordenou o despejo das famílias. Há um ano, o juiz Evandro Reimão dos Reis, titular da 10ª Vara Federal, manteve a sentença, sem suspender seus efeitos até o pronunciamento da instância superior, e ordenou o despejo dos quilombolas, mas até agora nenhuma medida de execução foi tomada.

O governo federal tenta acordo para transferir os moradores para outro terreno da União, mas os quilombolas, que há várias gerações ocupam a área, resistem em sair do local. Estudo técnico realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apurou detalhes sobre a ocupação e reconheceu a área como terreno quilombola.

Mobilização contra lei que regulamenta a biopirataria

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03/03/2015

Indígenas, populações tradicionais e agricultores reuniram-se semana passada em Brasília para protestar contra projeto ruralista que ameaça a biodiversidade nacional



por Felipe Milanez — Carta Capital

O avanço do Congresso mais reacionário desde a redemocratização sobre direitos coletivos tem mais um capítulo em aberto: o PL n.º 7.735/2014, atual PLC n.º 02/2015. Trata-se de uma nova medida legislativa que visa privatizar o acesso e a exploração econômica da biodiversidade e da agrobiodiversidade brasileiras, bem como dos conhecimentos tradicionais associados, contra os direitos comuns de sociedades indígenas, comunidades tradicionais e os agricultores familiares.

Esse PLC soma-se a um amontoado de siglas que representam medidas extremamente violentas e contrárias aos direitos sociais e da natureza contidos na Constituição federal de 1988, tais como a PEC 215 que ameaça os direitos territoriais indígenas, o PL 37/2011 que cria

CONT.



um novo marco regulador para a expansão da mineração, a PEC 237/2013 que abre as terras indígenas para a invasão do agronegócio. Um rolo compressor do capital, liderado pela bancada ruralista mas que junta diversos interesses.

O PL dos recursos genéticos foi votado pela Câmara na noite do dia 10 de fevereiro, logo antes do carnaval, com emendas ao substitutivo do ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS) do Projeto de Lei do Executivo (PL) 7.735/2014, e agora a medida está no Senado prestes a ser votada, em regime de urgência. Na Câmara a medida correu rápido como parte do acordo do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para facilitar a aprovação de projetos de interesse dos ruralistas em troca do apoio à sua eleição.

Entre os diversos retrocessos dessa medida legislativa, o Instituto Socioambiental, uma das organizações que assina a Carta de Repúdio, indica que a redação não prevê que populações indígenas e tradicionais possam negar o acesso a seus conhecimentos e traz diversas restrições à repartição dos benefícios oriundos da exploração econômica desses conhecimentos.

O embate contra o rolo compressor de retrocessos de direitos, que parece um “correntão” social, para fazer analogia com a máquina de desmatamento, tem enfrentado forte resistência das populações atingidas. Mas, sem terem conseguido alçar representantes no Congresso, majoritariamente controlado por ruralistas, as resistências têm se constituído por ações diretas no Congresso e a união de diversas organizações e movimentos sociais para juntar forças e fazer pressão, com alguns deputados aliados.

Semana passada várias destas organizações estiveram em Brasília. Entregaram no Ministério do Meio Ambiente uma carta de repúdio à esse projeto de lei. Nesse documento, registram que estão plenamente cientes da atual ofensiva contra seus direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal, pela legislação ordinária e por Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil, contexto no qual se insere o PL n.º 7.735/2014, apresentado ao Congresso Nacional pelo governo federal em regime de urgência. E informam que estão mobilizados e determinados a lutar conjuntamente.

O PL em questão favorece os setores farmacêutico, de cosméticos e do agronegócio (principalmente sementeiros), e ameaça a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais associados e programas estruturantes para a segurança e soberania alimentares, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a possibilidade inclusive de legalização da biopirataria.

Abaixo o inteiro teor da carta assinado por 80 organizações, entre elas, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Instituto Socioambiental (ISA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

CONT.



POVOS INDÍGENAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGRICULTORES FAMILIARES REPUDIAM PROJETO DE LEI QUE VENDE E DESTRÓI A BIODIVERSIDADE NACIONAL

Os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e os Agricultores Familiares do Brasil, representados por suas entidades e organizações parceiras abaixo assinadas, vêm expor o seu posicionamento sobre o Projeto de Lei n.º 7.735/2014 (atual PLC n.º 02/2015), que pretende regulamentar o acesso e a exploração econômica da biodiversidade e da agrobiodiversidade brasileiras, bem como dos conhecimentos tradicionais associados.

De início, registramos que os Povos e Comunidades acima mencionados estão plenamente cientes da atual ofensiva verificada no Brasil contra seus direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal, pela legislação ordinária e por Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil, contexto no qual se insere o PL n.º 7.735/2014, apresentado ao Congresso Nacional pelo governo federal em regime de urgência. Em razão desse cenário, que ameaça a própria existência dos Povos e Comunidades Tradicionais, informamos que as entidades representativas encontram-se unidas e mobilizadas com a determinação de lutar conjuntamente na defesa de seus direitos historicamente conquistados, os quais constituem a base da soberania e democracia constitucional do País.

Especificamente em relação ao PL n.º 7.735/2014, que pretende anular e restringir nossos direitos, repudiamos a decisão deliberada do Poder Executivo de nos excluir do processo de sua elaboração, sem qualquer debate ou consulta, em violação à Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), à Convenção da Diversidade Biológica (CDB), ao Tratado Internacional dos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura/FAO (TIRFAA) e à Constituição Federal. Em contraste a isso, denunciamos o amplo favorecimento dos setores farmacêutico, de cosméticos e do agronegócio (principalmente sementeiros), a ponto de ameaçar a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais associados e programas estruturantes para a segurança e soberania alimentares, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a possibilidade inclusive de legalização da biopirataria.

Tal cenário, reconhecido pelo próprio Governo, resultou em grave desequilíbrio no conteúdo do Projeto de Lei em questão. Além de anistiar as irregularidades e violações históricas e excluir qualquer fiscalização do Poder Público sobre as atividades de acesso e exploração econômica, o PL n.º 7.735/2014 viola direitos já consagrados na legislação brasileira, o que pode ser claramente verificado nos seguintes pontos principais:

(1) Em relação ao acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais:

- a) Deixa de prever e inviabiliza a negativa de consentimento prévio dos povos e comunidades tradicionais;
- b) Flexibiliza a comprovação do consentimento livre, prévio e informado, em detrimento da proteção de conhecimentos coletivos;

CONT.



c) Dispensa o consentimento livre, prévio e informado, para o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado relacionado à alimentação e agricultura; e

d) Permite que empresas nacionais e internacionais acessem e explorem, sem controle e fiscalização, o patrimônio genético brasileiro e os conhecimentos tradicionais associados, permitindo, por exemplo, o acesso de empresas estrangeiras a bancos de sementes.

(2) No que tange à repartição de benefícios:

a) Prevê que apenas produtos acabados serão objeto de repartição de benefícios, excluindo os produtos intermediários;

b) Restringe a repartição de benefícios aos casos em que o patrimônio genético ou conhecimento tradicional for qualificado como elemento principal de agregação de valor ao produto;

c) Isenta de repartição de benefícios todos os inúmeros casos de acessos realizados anteriormente ao ano de 2000, e mantém explorações econômicas até hoje;

d) Condiciona a repartição de benefícios apenas aos produtos previstos em Lista de Classificação a ser elaborada em ato conjunto por seis Ministérios;

e) Estabelece teto, ao invés de base, para o valor a ser pago a título de repartição de benefícios;

f) Deixa a critério exclusivo das empresas nacionais e internacionais a escolha da modalidade de repartição de benefícios nos casos de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional de origem não identificável;

g) Isenta microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais de repartir benefícios; e

h) Exclui de repartição de benefícios a exploração econômica do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado relacionado à alimentação e agricultura.

(3) No que se refere às definições:

a) Substitui o termo "povos" por "população" ao tratar de povos indígenas;

b) Substitui o termo "agricultor familiar" por "agricultor tradicional", em afronta à Lei 11.326/2006;

c) Descaracteriza a definição de "sementes crioulas" contida na Lei n.º 10.711/2003;

CONT.



d) Deixa de prever que o atestado de regularidade de acesso seja prévio e com debates participativos sobre seus termos ao início das atividades; e

e) Enfim, adotou conceitos à revelia dos detentores dos conhecimentos tradicionais.

Diante do exposto, os Povos Indígenas, os Povos e Comunidades Tradicionais e os Agricultores Familiares do Brasil exigem o comprometimento do Governo Federal com a reversão do cenário acima denunciado, mediante a correção dos graves equívocos contidos no Projeto de Lei n.º 7.735/2014, de forma a assegurar o respeito e a efetivação dos seus direitos legal e constitucionalmente garantidos.

Declaramos que não mais admitiremos a postura antidemocrática e o engajamento político do Governo Federal, associado aos interesses empresariais e outros, em direção à expropriação da biodiversidade e da agrobiodiversidade brasileiras e dos conhecimentos tradicionais associados.

Reafirmamos, por fim, a nossa determinação de continuar unidos, mobilizados e dispostos a manter-nos em permanente luta na defesa de justiça e de nossos direitos.

Foto: Joaquim Belo, presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), durante ato em Brasília contra a aprovação de lei ruralista que ameaça a biodiversidade

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

Iterpa apresenta planejamento para regularização de áreas quilombolas em 2015
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03/03/2015



Agência Pará de Notícias

O Instituto de Terras do Pará (Iterpa) apresentou nesta segunda-feira, 02, aos representantes de comunidades quilombolas o planejamento realizado pelo órgão para agilizar a regularização fundiária de áreas de remanescentes de quilombos no Estado, em 2015. O encontro, realizado na sede do Instituto, contou com a participação da coordenação da Malungo – entidade que representa as comunidades quilombolas no Estado – e ainda, de dirigentes do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) e do Núcleo de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Negras e Remanescentes de Quilombo, criado recentemente pelo governo estadual.

Na reunião, o presidente do Iterpa, Daniel Lopes destacou 37 processos que se encontram em tramitação no órgão para entrar na lista de prioridades deste ano. Primeiramente serão agilizados os processos em fase de conclusão, seguidos daqueles que tramitam há mais tempo, mas estão paralisados por alguma pendência. Os demais serão analisados na sequência. “Esse mesmo trabalho está sendo feito em todas as áreas”, informou o dirigente,

CONT.



que desde que assumiu o Iterpa vem buscando agilizar os processos em trâmite no órgão. A partir de junho, começa a ser discutido o planejamento plurianual, com a definição de um plano de trabalho com as diretrizes que irão nortear as ações de governo para os povos quilombolas nos próximos quatro anos. O georreferenciamento das áreas já tituladas também está entre as prioridades.

Por sua vez, os representantes dos quilombolas também apresentaram as demandas do segmento, com propostas que vão ao encontro do planejamento feito pelo Iterpa. Uma nova reunião será realizada ainda este mês para análise das propostas e definição do documento final que vai nortear o planejamento a ser executado este ano. "Queremos caminhar junto com vocês em busca de soluções e o que estiver emperrado vamos tentar resolver para poder avançar", disse Lopes.

O coordenador da Malungu, José Carlos Galiza, avaliou positivamente a reunião, principalmente pela parceria com o Iterpa. Nos últimos quatro anos, o Instituto beneficiou em torno de 350 famílias quilombolas com a emissão de títulos. Também fez o registro e a entrega de títulos definitivos de áreas quilombolas em Cametá e Oriximiná, beneficiando 582 famílias. Além disso, executou ações para expedição de título definitivo em 14 comunidades quilombolas, contemplando mais de mil famílias, com recursos aplicados que somam cerca de R\$ 360 mil. "E no que depender da nossa disposição vamos avançar ainda mais", ressaltou o titular do Instituto fundiário estadual, Daniel Lopes.

Foto: Na reunião, o presidente do Iterpa destacou 37 processos que se encontram em tramitação no órgão para entrar na lista de prioridades deste ano.

Comissão da transposição do São Francisco discute plano de trabalho
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03/03/2015



Agência Câmara Notícias

A comissão externa da Câmara dos Deputados que vai apurar a situação atual das obras de transposição das águas do rio São Francisco se reúne nesta terça-feira (3), às 14h30, no Plenário 5, para a apresentação e discussão do seu plano de trabalho.

Criada no dia 12 de fevereiro, a comissão vai acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Os deputados também vão avaliar o andamento do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Coordenador do grupo, o deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) informou que os trabalhos do colegiado devem começar pela Bahia. Matos disse que a comissão também deverá ir logo a Minas Gerais verificar a redução do volume de água das nascentes do rio.

Também fazem parte do grupo os deputados Vitor Valim (PMDB-CE), Eduardo da Fonte (PP-PE), Paulo Magalhães (PSD-BA), Rômulo Gouveia (PSD-PB) e Adail Carneiro (PHS-CE).

As obras da transposição das águas do rio São Francisco estão estimadas em R\$ 8,2 bilhões. De acordo com a Agência Brasil, o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, informou que tudo estará pronto até o início de 2016.



MPF pede suspensão da concessão das florestas nacionais Itaituba I e II
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03/03/2015

Licitação ignorou a existência de comunidades e patrimônio arqueológico na área

MPF PA

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça que suspenda a licitação para a concessão de três unidades de manejo florestal nas florestas nacionais (flonas) Itaituba I e II, em Itaituba e Trairão, no sudoeste do Pará. Segundo o MPF, o edital de licitação ignorou informações do próprio plano de manejo de que há famílias indígenas e não indígenas e patrimônio arqueológico nessas áreas.

A ação foi ajuizada nesta segunda-feira, 2 de março, na Justiça Federal em Itaituba. O MPF pede decisão urgente que suspenda a licitação feita pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) até a realização de estudo antropológico sobre as comunidades locais e a possibilidade de manutenção da floresta disponível para concessões de manejo florestal. O MPF também pede que a Justiça determine a elaboração de estudo para localização e identificação de sítios arqueológicos.

Além dos pedidos urgentes, a ação pede que a Justiça Federal obrigue a União e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a adequar o plano de manejo das flonas à necessidade de regularização fundiária, caso o estudo antropológico comprove essa necessidade.

Tendo em vista a presença de comunidades indígenas no interior das flonas e em áreas vizinhas, também foi solicitada decisão que condene a União e o ICMBio a readequar os limites ou, se necessário, reclassificar a espécie de unidade de conservação das flonas Itaituba I e II.

Caso as áreas permaneçam como flonas, o MPF pede à Justiça que seja determinada a redefinição das unidades de manejo florestal destinadas à concessão florestal. O objetivo é não prejudicar a população tradicional residente e o povo indígena ocupante de área contígua e no interior das flonas. Atualmente as três unidades de manejo compõem uma área de 295 mil hectares.

Por fim, o MPF pede à Justiça que obrigue a União e o ICMBio a realizarem a consulta prévia dos povos afetados de acordo com o que estipula a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

CONT.



Violação à boa-fé e à moralidade administrativa

Para o MPF, ao ignorar informações do plano de manejo e publicar um edital que omite ou minimiza informações sobre a presença na área de indígenas, não indígenas e de patrimônio arqueológico, a União viola direitos das comunidades tradicionais, viola a legislação relativa ao patrimônio histórico e arqueológico e os princípios da boa fé e da moralidade administrativa.

Uma das omissões do edital é a referência do plano de manejo à terra indígena Sawré Muybu, de ocupação tradicional do povo indígena Munduruku. O procedimento de demarcação da área se arrasta há 14 anos e foi paralisado inexplicavelmente em 2013, quando quase todos os trâmites administrativos já estavam concluídos. O MPF move ação na Justiça para cobrar da União a demarcação.

Crepori

As irregularidades na concessão florestal das flonas Itaituba I e II são semelhantes às encontradas pelo MPF na licitação da flona do Crepori, também em Itaituba. Em novembro do ano passado, o MPF também pediu à Justiça que anule a licitação da concessão de manejo florestal em quatro unidades da flona, totalizando 440 mil hectares de florestas. Como no edital das flonas Itaituba I e II, o edital da flona Crepori escondeu a existência de populações tradicionais e indígenas vivendo no interior da área e utilizando a floresta. A ação tramita na Justiça Federal em Itaituba.

Processo nº 0000429-87.2015.4.01.3908 – Justiça Federal em Itaituba

[Íntegra da ação](#)

[Acompanhamento processual](#)

Povos indígenas esperam que STF reverta decisão sobre terra ocupada
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03/03/2015



Marilu Cabañas – redebrasilatual

Decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal referentes às comunidades indígenas Terena e Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, e Canela-Apãniekra, do Maranhão, são contestadas pela Advocacia-Geral da União e pelo Conselho Indigenista Missionário. O Cimi espera reverter essas decisões no plenário do STF por considerá-las restritivas ao conceito de terra tradicionalmente ocupada, previsto no artigo 231 da Constituição Federal.

Foto: Rosa Gauditano.



II Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03/03/2015

Entre os dias 27 de fevereiro e 1º de março, o povo indígena Gamela, do município de Viana, no Maranhão, acolheu dezenas de pessoas para o 2º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais. Confira a reportagem e a Carta do Encontro

Vias de Fato / Comissão Pastoral da Terra

Um grupo formado por 70 diferentes comunidades do Maranhão, reunindo indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, assentados e posseiros, organizou um encontro, neste último final de semana, no município de Viana, na comunidade de Taquaritiua. Na ocasião, eles avançaram na construção de uma rede de povos e comunidades tradicionais, com o objetivo de articular lutas e resistências, diante do avanço do latifúndio, da grilagem de terras, da mineração e de todo um modelo de desenvolvimento que impera em nossa região.

O evento contou com o apoio e assessoramento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Rede Justiça nos Trilhos, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), do Movimento dos Quilombolas do Maranhão (MOQUIBOM) e do Núcleo de Extensão e pesquisa com populações e comunidades Rurais, Negras Quilombolas e Indígenas da Universidade Federal do Maranhão (NURUNI).

Esta ação de camponeses e povos tradicionais, também não ficou indiferente à violência cometida, nos últimos dois meses, por alguns integrantes da Polícia do Maranhão (com casos de execução e de tortura), tema que colocou em conflito o governo Flávio Dino e algumas das mais reconhecidas organizações de defesa dos direitos humanos. O documento lançado ao final do Encontro denunciou o antigo "genocídio da juventude negra promovida, inclusive, por agentes do Estado". Abaixo, a carta lançada ontem (01/03/15).

II Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais

Territórios Livres – Tecendo o Bem Viver!

Ao som de maracás e tambores, desde o dia 27 de fevereiro até o dia 01 de março de 2015, nós, povos e comunidades tradicionais, nos encontramos no território do povo Gamela, em Viana, Maranhão, para compartilhar nossas caminhadas. Viemos de muitos lugares e carregamos em nossa memória muitas vidas, todas as vidas e fizemos desta Casa de Convivência do Povo Gamela um Lugar bonito, expressão do Bem Viver.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38/2015

Brasília, 03 de março de 2015.

Maracás, tambores e cantos insurgentes evocam nossa ancestralidade fazendo a gente se encontrar dentro da gente mesmo e reafirmar nosso modo de vida. Nossos encantados, santos, caboclos e orixás nos acompanham e animam nossas lutas e resistências pela defesa dos nossos territórios.

Compartilhamos nossos saberes e fazeres, o trabalho em mutirão, o respeito pelo tempo da terra, o cuidado com nossas águas, nossas matas, com os animais... Compartilhamos também nossas preocupações, angústias, temores, diante das diferentes ameaças e violências que nos cerca. Denunciamos o avanço do latifúndio, a mineração, o genocídio da juventude negra, promovida, inclusive, por agentes do Estado. Denunciamos ainda os megaprojetos, promotores de um suposto desenvolvimento, apoiados pela retirada dos nossos direitos, via poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Diante desta realidade, estamos assumindo um compromisso de tecer uma rede de povos e comunidades tradicionais com o objetivo de articular nossas lutas e resistências em vista da garantia e preservação dos nossos modos de vida e territórios demarcados pelos nossos pés.

Taquaritiua – Viana (MA), 01 de Março de 2015.

Concurso voltado para a Educação Indígena é suspenso em Minas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03/03/2015



Hoje em Dia*

A Secretaria de Estado de Educação (SEE) cancelou o concurso público voltado para a Educação Indígena. Conforme publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado do último sábado (28), o edital do concurso público Seplag/SEE nº07/2014, publicado no dia 29 de novembro de 2014, foi suspenso por não existir profissionais especializados nas comunidades indígenas.

O texto diz que “fica o concurso referido cancelado, considerando a inexistência da categoria Professor indígena, como carreira específica do magistério público do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação, compatível com as especificidades das comunidades indígenas, seus processos próprios de aprendizagem e transmissão de suas línguas maternas, costumes e culturas”.

O cancelamento do edital atende também a uma demanda das lideranças indígenas, que, em reunião realizada no dia 13 de janeiro, solicitaram a suspensão do concurso alegando que uma discussão com as comunidades indígenas deve preceder a criação do edital.

CONT.



Segundo a SEE, as informações a respeito de devolução do valor de inscrição serão divulgadas até 10 de março. O candidato deve acompanhar o Diário Oficial dos Poderes do Estado e o site do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC), responsável pela realização dos concursos públicos, para saber sobre os procedimentos que serão adotados para a requisição.

Educação Especial

Também foi parcialmente cancelado o edital Seplag/ SEE nº 05/2014, publicado no dia 25 de novembro de 2014. Segundo o comunicado, foram observadas inconsistências nas exigências para a seleção de candidatos para o provimento de cargos da carreira de professor da Educação Básica, no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) – Intérprete de Libras, em função de não haver compatibilidade do cargo de professor da profissão de tradutor e intérprete de libras. Com isso, fica parcialmente cancelado o concurso para o cargo de Professor de Educação Básica – PEB – Nível I – Grau A – Atendimento Educacional Especializado – AEE – Intérprete de Libras.

As informações a respeito da devolução do valor de inscrição também serão divulgadas até 10 de março.
(*Com SEE)

Foto reproduzida do site da Funai.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

Governo e Unemat buscam parcerias para atender indígenas

SÍTIO MÍDIA NEWS, 03/03/2015

Parceria quer fortalecer e ampliação da oferta de educação superior específica



Governo e Unemat buscam parcerias para atender indígenas

DA REDAÇÃO

O governador Pedro Taques e a reitoria da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) receberam na tarde desta segunda-feira (02), no Palácio Paiguás, representantes de diferentes povos indígenas de Mato Grosso para discutir o fortalecimento e a ampliação da oferta de educação superior específica e diferenciada para os povos indígenas.

Durante o encontro, o governador se comprometeu em buscar recursos junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Ministério Público Federal (MPF) e organismos internacionais para financiar projetos de infraestrutura e adequar o espaço físico que recebe os indígenas durante o período de aulas dos cursos oferecidos pela Unemat, no campus de Barra do Bugres.

A reitora da Unemat, Ana di Renzo, juntamente com o vice-reitor Ariel Lopes Torres e a pró-reitora de Ensino de Graduação Vera Maquea participaram do encontro e destacaram o compromisso e o esforço que a instituição vem fazendo para garantir a oferta dos quatro cursos de licenciatura que são oferecidos para 31 etnias de Mato Grosso.

CONT.



O governador Pedro Taques lembrou que o governo reconhece e respeita os direitos dos povos indígenas e que vai se empenhar para garantir e ampliar a oferta de cursos de graduação.

O líder indígena Paulo Henrique, da etnia Rikbatsa, lembrou que a Unemat foi pioneira no país na oferta de ensino superior para os indígenas, mas que hoje as demandas são outras como a ampliação dos cursos ofertados e reforma do prédio da escola agrícola, que é municipal.

O presidente do Conselho de Educação Indígena, Filadelfo Umutina, lembrou da importância da Unemat na formação dos povos indígenas e da necessidade do compromisso do governo do Estado.

O governador Pedro Taques, afirmou que está aberto ao diálogo e reconhece a importância dos povos indígenas. "Em 60 dias de governo já estamos recebendo e abrindo o diálogo com vocês, isso é prova do nosso respeito e reconhecimento aos povos indígenas".

A reitora Ana Di Renzo ficou de encaminhar ainda na próxima semana o projeto completo para a reforma do prédio e também das demais necessidades a fim de que o governador possa apresentar os projetos para os órgãos federais e instituições internacionais.

Histórico

A Unemat oferta cursos específicos e diferenciados para os povos indígenas desde 2001 e já formou mais de 300 professores com nível superior. Atualmente estão em formação 98 indígenas em quatro cursos: Pedagogia Intercultural; Línguas, Artes e Literatura; Ciências Sociais e Ciências da Matemática e da Natureza.

Os cursos são oferecidos no campus de Barra do Bugres e conta com parcerias com a Funai, Prefeitura de Barra do Bugres e governo de Mato Grosso por meio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec).



Acre levanta prejuízos na zona rural e realiza ações de emergência

SÍTIO ARIQUEMES ONLINE, 03/03/2015

Percorrendo o Rio Acre até as comunidades Liberdade e Panorama, em Rio Branco, equipes do Estado e Prefeitura iniciaram o levantamento dos impactos causados pela cheia na zona rural. Ações de emergência também estão sendo realizadas

Percorrendo o Rio Acre até as comunidades Liberdade e Panorama, em Rio Branco, equipes do Estado e Prefeitura iniciaram o levantamento dos impactos causados pela cheia na zona rural. Ações de emergência também estão sendo realizadas, como entrega de cestas básicas e água mineral.

Os secretários de Produção Familiar (Seaprof), Glenilson Figueiredo, e Pequenos Negócios (SEPN), Henry Nogueira, acompanharam de perto as angústias de produtores e famílias que perderam toda a sua renda. "Nós somos dez secretarias envolvidas e vamos realizar um relatório minucioso e fidedigno desta situação", explica Figueiredo. "A Pequenos Negócios vai reunir todos os esforços e realizar um projeto para dar apoio e suporte para as pessoas atingidas", conclui Nogueira.

Responsáveis por cerca de 80% da produção de goma de tapioca consumida na capital, os ribeirinhos próximos ao seringal Panorama relatam a dor de ver o trabalho de meses ruir. "Fico muito triste, porque ralei demais e investi dinheiro. Mas depois de vazar vou continuar plantando, o que posso fazer? Preciso terminar minha casa", diz o agricultor José de Freitas Queiroz, ao apontar os oito hectares que plantou alagados.

Em Tarauacá, atingido com cheias desde o fim do último ano, estima-se um prejuízo de R\$ 40 milhões. Nas outras cidades atingidas também estão ocorrendo ações na zona rural. Equipes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Acre (Emater) seguem em Assis Brasil e da Secretaria de Agricultura e Pecuária segue de Xapuri até Rio Branco.

Proposta do governo para exploração da biodiversidade ameaça povos tradicionais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03/03/2015



Marcela Belchior, Adital

Camponeses, povos indígenas e tradicionais estão ameaçados em sua própria existência por um Projeto de Lei (PL) que viola direitos fundamentais dessa população, através da falta de acesso aos seus conhecimentos e à restrição do direito à repartição de benefícios oriundos da exploração econômica desses saberes. A matéria nº 7735/2014 (atual Projeto de Lei Complementar nº 02/2015, que tramita no Senado Federal), representa, para os movimentos sociais, um retrocesso na convivência com os recursos naturais e entre comunidades locais. Outro dado grave: a proposta é de autoria do próprio governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O projeto versa sobre o acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Esses recursos genéticos são encontrados em animais, vegetais ou micro-organismos, como em óleos, resinas e tecidos encontrados em florestas e outros ambientes naturais. Já os recursos genéticos da agrobiodiversidade estão contidos em espécies agrícolas

CONT.



e pastoris. Comunidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, entre outras, desenvolvem e conservam, por décadas ou séculos, informações e práticas sobre o uso desses recursos.

Porém, segundo representantes de povos e comunidades, além de vários setores dos movimentos sociais, com o suposto objetivo de regulamentar o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais a eles associados — e atendendo aos interesses dos setores farmacêuticos, cosméticos e do agronegócio —, o projeto expropria a biodiversidade e os conhecimentos seculares dessas comunidades. Ameaça ainda programas estruturantes para a segurança e soberania alimentares.

Nesse sentido, a proposta viola a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), o Tratado Internacional dos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFAA), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e a própria Constituição Federal.

“É inacreditável que, justamente, o Ministério que deveria defender o meio ambiente foi quem elaborou este PL, que nada mais é que a própria legalização da biopirataria no Brasil”, observa Marciano Toledo da Silva, membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). “Ele destrói a biodiversidade relacionada à fauna e à flora, mas também ameaça a própria diversidade dos povos e comunidades do país. Ou seja, tem amplo potencial para destruir as duas maiores riquezas que o Brasil possui. Além disso, ele é inconstitucional”, acrescenta o ativista.

Exclusão no processo

Os povos atingidos criticam também o fato de terem sido excluídos do processo de elaboração do projeto e reagem por meio da divulgação de informações sobre a discussão, reuniões, mobilizações e debates em vários setores da sociedade brasileira. No último dia 27 de fevereiro, eles realizaram uma entrevista coletiva diante do próprio Ministério, em Brasília, capital federal. No mesmo dia, reuniram-se com representantes dos poderes Executivo e Legislativo, quando entregaram um documento com sua posição sobre o projeto (eles criticam 17 pontos da proposta), cuja aprovação pela Câmara dos Deputados, no último dia 10 de fevereiro, foi comemorada por ruralistas e industriais.

“Denunciamos o amplo favorecimento dos setores farmacêutico, de cosméticos e do agronegócio (principalmente sementeiros), a ponto de ameaçar a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais associados e programas estruturantes para a segurança e soberania alimentares”, afirma o texto entregue ao MMA.

As mobilizações que questionam o projeto contam com a participação de um conjunto de 80 movimentos sociais, organizações e redes da sociedade civil de todo Brasil, entre eles a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS),

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38/2015

Brasília, 03 de março de 2015.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), dentre outras.

O interesse industrial

Tanto o patrimônio genético quanto os conhecimentos dos povos tradicionais são úteis para pesquisas e produtos da indústria de remédios, sementes, gêneros alimentícios, cosméticos e produtos de higiene. Por isso, podem valer milhões em investimentos nacionais e internacionais. O Brasil é a nação com maior biodiversidade do mundo e abriga milhares de comunidades indígenas e tradicionais, por isso é alvo histórico de ações ilegais de biopirataria, crime que a lei deveria coibir e punir.

Foto: Projeto de exploração da biodiversidade favorece indústria e ameaça povos tradicionais.
Foto: Reprodução.

Alertas de desmatamento crescem 90,5% na Amazônia Legal

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03/03/2015



Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil

Os alertas de desmatamento na Amazônia Legal registraram aumento de 90,5% entre agosto de 2014 e janeiro de 2015, comparado ao período de agosto de 2013 a janeiro de 2014. A área afetada subiu de 1.162,7 quilômetros quadrados (km²) para 2.215,5 km². Os dados são do Sistema de Detecção de Mapeamento em Tempo Real (Deter) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O instituto divulgou ontem (2) os dados de novembro de 2014 a janeiro de 2015. Em novembro, foram verificados 77 km² de alertas. Em dezembro, subiu para 85 km² e, em janeiro, o registro alcançou 129 km². Em agosto, os alertas atingiram 890 km². Em setembro e outubro, foram 736 km² e 298 km² de alertas, respectivamente.

O Deter, que permite detectar desmatamentos com áreas maiores que 25 hectares, é um levantamento para orientar a fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em terra.

CONT.



Entretanto, nem todos os desmatamentos são identificados pelo satélite do Inpe, por causa da cobertura de nuvens. As chuvas também dificultam o trabalho dos madeireiros. Por isso, há uma redução nos alertas de desmatamento no período.

O Deter, o Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélites (Prodes) e o Projeto de Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira (Degrad) formam o conjunto de sistemas para monitoramento e acompanhamento do estado da Amazônia Legal.

De agosto de 2013 a julho de 2014, os últimos dados do Prodes apontaram uma redução de 18% na taxa anual de desmatamento, na comparação com o período anterior – agosto/2012 a julho/2013. O resultado do mapeamento de 2014 apresentou taxa de 4.848 km² desmatados, contra 5.891 km² do período anterior.

O Prodes computa como desmatamento áreas maiores que 6,25 hectares com remoção completa da cobertura florestal, o corte raso.

Os dados do Degrad para 2011, 2012 e 2013 mostraram estágio de degradação em 24.650 km², 8.634 km² e 5.434 km², respectivamente. A análise conjunta dos projetos permite identificar o quanto da degradação florestal de determinado ano é convertida para corte raso nos anos seguintes.

Nove estados compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Edição: Armando Cardoso.



Comunidade e Ministério querem manter Mata do Planalto

SÍTIO CEDEFES, 03/03/2015

Área que abriga 20 nascentes de água de Belo Horizonte pode dar lugar a condomínio

A aprovação de licença prévia para a construção de empreendimento imobiliário na Mata do Planalto, na região Norte de Belo Horizonte, causou revolta entre representantes dos moradores da região e também no Ministério Público de Minas Gerais. Há cinco anos eles vêm lutando para a preservação da área, que abriga remanescente de Mata Atlântica e nascentes de água.

Segundo a presidente da Associação Nacional de Defesa de Meio Ambiente Sustentável, Eugênia Soares, a licença foi aprovada em 28 de janeiro de maneira questionável. Ela explica que representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam) colocaram outra pauta de peso no mesmo dia para desviar a atenção. "Eles inclusive alteraram a ordem da pauta, jogando a discussão da Mata do Planalto para depois das 17h30, no apagar das luzes e quando a reunião quase não tinha quórum", denuncia.

Ela explica que a mata tem 119 mil metros quadrados, abriga 20 nascentes de água, 60 espécies de pássaros e diversos outros animais. Além disso, é a única área verde da região Norte e o último remanescente de mata atlântica da cidade. "É um banco de semente para BH, serve como barreira para não inundar a avenida Vilarinho e também para evitar ruídos", afirma.

A presidenta explica que o empreendimento que será construído na mata prevê 760 apartamentos em quatro blocos de 16 andares, além de 1024 vagas de garagem. Além de toda a perda ambiental para a cidade, Eugênia lembra o impacto social que essa obra terá. "Vão colocar essa quantidade de apartamentos em uma região que não tem recurso hídrico, escolas, postos de saúde e outros serviços essenciais que atendam a tantas pessoas", alerta.

Segundo ela, os moradores da região estão se movimentando para protestar contra a liberação da licença prévia. Eles preparam uma passeata no bairro Planalto. Conversas com vereadores e deputados estão sendo agendadas, e o Ministério do Meio Ambiente em Brasília foi acionado e promete entrar com ações civis públicas para suspensão da licença.

Fonte: <http://brasildefato.com.br/>



Fundo Amazônia libera dinheiro para associação indígena do Acre

SÍTIO PORTAL EBC, 03/03/2015

Maíra Heinen

A Associação Ashaninka do Rio Amônia, no Acre, vai receber do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, R\$ 6,6 milhões. O objetivo é promover o manejo e a produção agroflorestal nas comunidades, para que elas tenham alternativa econômica sustentável ao desmatamento.

O projeto chamado de Alto Juruá já foi aprovado, mas ainda falta a apresentação de algumas documentações para que o contrato seja assinado. Depois da fase contratual, a Associação Ashaninka terá 36 meses para executar a iniciativa.

A equipe do BNDES, responsável pelo Fundo Amazônia, analisou em conjunto com os representantes Ashaninka as diversas etapas do projeto, até a aprovação. Para a gerente responsável pela operação do Fundo Amazônia, Cláudia Nessi Zonenschain, o fato de o trabalho não ter sido apresentado com intermediações de não-índios foi um ponto a favor.

O projeto não é voltado apenas para o povo Ashaninka, mas também para comunidades indígenas e não-indígenas do entorno da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia. Serão beneficiados 720 habitantes da Terra Indígena, além de 600 indígenas da Terra Rio Breu e 50 comunidades da Reserva Extrativista Alto Juruá. Seis comunidades Ashaninka do Peru também serão capacitadas.

Francisco Piyãko, um dos representantes Ashaninka que acompanha o projeto, explica um dos objetivos da iniciativa.

O projeto não é novo. Foi desenhado pela comunidade durante 3 anos e faz parte da estratégia de proteção do território Ashaninka. Este é o quinto projeto com foco exclusivo em população indígena apoiado pelo Fundo Amazônia.